

DOSSIÊ: “HISTÓRIAS DA ÁFRICA E DA ESCRAVIDÃO NO ATLÂNTICO”

Cândido Domingues*

Carlos da Silva Jr.**

A historiografia da escravidão é uma das áreas mais ricas e dinâmicas da historiografia brasileira. Desde a década de 1980, os historiadores têm investigado a vida dos escravos (e libertos), africanos ou nascidos no Brasil, a formação de famílias escravas, o processo de construção de identidades étnicas na diáspora, a agência escrava e formas de resistência à escravidão, entre outros temas. O resultado desse interesse na história da escravidão no Brasil, que de alguma maneira explica alguns dos dilemas brasileiros contemporâneos, pode ser visto nas dissertações de mestrado e teses de doutorado apresentadas anualmente nos diversos programas de pós-graduação país afora.

Ao mesmo tempo, a nossa historiografia beneficia-se do diálogo com a produção historiográfica internacional, sobretudo aquela relacionada à História da África e as dinâmicas mercantis – leia-se, o tráfico de escravos, mas não apenas – na África pré-colonial. Similarmente, a historiografia brasileira da escravidão tem influenciado a maneira como os historiadores da África abordam a história do continente, sobretudo no que tange à agência das populações africanas às investidas dos traficantes euro-

peus e das Américas na disputa pelo mercado de escravos e pela interiorização de sua presença no continente (principalmente antes do século XIX). Enfim, o diálogo entre as duas historiografias tem sido profícuo e proveitoso.

No presente número da revista *África(s)*, o leitor terá a chance de conhecer algumas abordagens acerca da escravidão no atlântico escravista. Os artigos do dossiê, escritos por historiadores de referência em suas áreas de pesquisa, exploram os diferentes contornos e dimensões do escravismo brasileiro ao longo do séculos XVII e se estendem até as primeiras décadas do século XX, quando a escravidão já tinha sido extinta, mas os últimos africanos e seus descendentes enfrentavam os seus nefastos efeitos. De forma geral, o dossiê envolve questões variadas, de múltiplos temas e momentos da história da África, dos africanos e seus descendentes através do Atlântico. Da história africana, passando pela escravidão no Piauí colonial, da diáspora ocidental para o Rio de Janeiro, e o sistema de redistribuição de escravos no Brasil oitocentista, esse dossiê ilumina diferentes perspectivas sobre o estudo da escravidão no atlântico.

* Professor Assistente, Colegiado de História, Departamento de Ciências Humanas IV, Universidade do Estado da Bahia. Este trabalho foi desenvolvido no âmbito da bolsa de investigação atribuída pelo CHAM – NOVA FCSH – UAc, ao abrigo do projeto estratégico financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia - UID/HIS/04666/2013.

** Mestre em História Social pela UFBA. Doutorando em História pela University of Hull, Inglaterra, com apoio de bolsa Marie Curie. carlos.ufba@gmail.com

Abrindo o dossiê, Thiago Motta, doutorando em História da África pela UFMG, analisa os projetos e as dificuldades enfrentadas pelos portugueses em seu projeto de catequização e difusão da fé católica entre os africanos da Senegâmbia, na chamada Alta Guiné. O autor destaca ainda a importância das rotas de peregrinação a Meca e as rotas comerciais do interior do continente, como a rota da noz de cola, no fortalecimento do Islã e dos laços políticos e religiosos de estados desde a costa Atlântica até a Península Arábica. Como ressalta o autor, a empreitada católica na África “evidencia-se um desafio religioso e político, com dimensões geopolíticas em escala global”. O texto de Mota vem ampliar uma crescente historiografia sobre a África islâmica, ainda pouco conhecida entre a comunidade acadêmica brasileira, cujo interesse tem crescimento juntamente com a ampliação dos programas de pós-graduação em história da África, bem como com as bolsas de estudos em outros países.

O artigo seguinte, de Mairton Celestino da Silva, da UFPI, lida com a escravidão nas fazendas jesuíticas do Piauí na segunda metade do século XVIII. A partir de um conjunto variado de fontes – cartas régias, listas demográficas, registros de batismos e casamentos –, o autor lança luz sobre a organização do cativo – primeiro indígena, depois a escravidão de africanos – nas propriedades de gado dos jesuítas. O estudo de Mairton Celestino é importante por diversas razões: ele aborda o escravização de indígenas e seu papel na organização escravista dessas fazendas na virada do século XVII para o XVIII. Ademais, o autor demonstra como a escravidão africana via tráfico negreiro desempenhou um papel crucial no fornecimento de escravos para o Piauí. Esta demanda por braços africanos era atendida principalmente pelo comércio negreiro

do Maranhão, principalmente durante a vigência da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e do Maranhão. Entretanto, nota o autor, maior atenção deveria ser dada ao papel da Bahia no abastecimento de áreas do sertão da América portuguesa, como o Piauí. Na parte final do artigo, Celestino analisa as diferentes estratégias dos escravos para forçar “espaços de respiração” e autonomia no interior daquela sociedade escravista, inclusive a oportunidade de formação de famílias entre os “parentes de nação”, quando possível.

As nações africanas são o objeto do artigo de Mariza de Carvalho Soares e Juliana Barreto Farias, esta professora da UNILAB, aquela docente da Universidade Federal Fluminense. Mais precisamente, as autoras investigam a configuração étnica da população ocidental no Rio de Janeiro no século XIX, conhecida como “minas” na documentação. Do ponto de vista da demografia do tráfico atlântico para o Rio oitocentista, os afro-ocidentais eram numericamente inferiores aos centro-ocidentais. Entretanto, essa população mina destacava-se em certas áreas, como o mercado de rua e nas alforrias. Do ponto de vista étnico, os afro-ocidentais passaram por uma transformação: de uma população gbe (presente principalmente nos territórios do Togo, Benim e parte da Nigéria), a nação “mina” no Rio converter-se-ia, majoritariamente – embora não unicamente – em iorubá, os conhecidos nagôs da Bahia. Nesse sentido, o texto é uma importante análise sobre a construção de identidades étnicas na diáspora, demonstrando como essas fronteiras étnicas eram fluidas. Soares e Farias explicam essa mudança a partir da demografia do tráfico atlântico no século XIX, pela migração de iorubás oriundos da Bahia – principalmente após o levante dos malês em 1835 – bem como por rotas do comer-

cio atlântico que ligavam o Rio de Janeiro à Costa da Mina. As historiadoras abordam ainda a vida dos últimos africanos minas na cidade do Rio de Janeiro na virada do século XX, os estereótipos que recaíam sobre eles nos jornais da época, as rivalidades religiosas entre os diferentes grupos – os adeptos da religião dos orixás e os seguidores do Islã.

O artigo final, de autoria de Maria de Fátima Novaes Pires, professora da Universidade Federal da Bahia, trata de um momento importante da história da escravidão: o tráfico interprovincial, que ganha musculatura principalmente após o fim do tráfico em 1850. Em seu artigo, Fátima Pires apresenta alguns dados sobre a demografia dessa migração forçada de escravizados – tanto africanos quanto crioulos – do sertão da Bahia para as áreas cafeeiras do oeste paulista. Lá, escravizados e trabalhadores livres pobres, imigrantes, conviviam e experimentavam de diferentes maneiras, o trabalho nas grandes propriedades da região. O uso de um número variado de fontes – autos criminais, registros de compra e venda, matérias e anúncios de jornais – permitiu que a autora fornecesse um quadro amplo da vida e das agruras dessa população desterrada – às vezes pela segunda vez – numa nova área escravista, as dificuldades impostas por um novo tipo de regime servil – a escravidão em largas plantations em comparação com o trabalho compulsório em pequenas propriedades do sertão baiano – e as estratégias de resistência dessa população.

Fechando o dossiê, Mariana Candido, professora da Universidade de Notre Dame, nos Estados Unidos, apresenta uma resenha de **Sobas e homens do rei**, livro de Flávia Carvalho, professora da UFAL, obra

que lança luz sobre as dinâmicas entre as autoridades africanas locais – os sobas – e as autoridades portuguesas em Angola durante dois séculos. Como a resenhista ressalta, um dos pontos altos da obra é colocar os africanos no centro da análise. “Por sua contribuição metodológica e seu constante diálogo com as fontes manuscritas e impressas, o livro deve ser lido por historiadores interessados em como descolonizar o passado”, nota Candido.

A outra resenha, de Bruno Vêras, doutorando em História da África pela York University, no Canadá, discute o mais recente livro de Paul Lovejoy, **Jihad in West Africa during the Age of Revolutions**. O trabalho, em grande medida fruto de uma discussão iniciada na academia brasileira em 2014, analisa a série de revoluções islâmicas no Sudão Central e Ocidental e seu impacto na diáspora africana, principalmente na Bahia, mas também em Cuba. Nesse sentido, o Islã tem papel crucial para o entendimento das transformações em curso na África Ocidental e no mundo atlântico na virada do século XIX.

Fica assim esboçado o conteúdo do dossiê. Os organizadores gostariam de agradecer aos autores que se comprometeram com esse projeto, entregando textos de alta qualidade, contribuindo assim para a difusão dos estudos sobre a história da África e da escravidão nas Américas. Ao mesmo tempo, agradecemos aos editores da revista *África(s)* pelo espaço para a divulgação desses artigos, consolidando a revista como um fórum importante para discussões sobre a história africana e da diáspora no mundo atlântico. E aos leitores/leitoras, desejamos uma boa leitura!